

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2020**ARP nº. 56/2020****PROCESSO nº. 0000838-80.2020.6.22.8000****Pregão Eletrônico nº. 31/2020**

A **UNIÃO**, através do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede à Avenida Presidente Dutra, nº. 1889, Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, por intermédio de sua Diretora Geral, senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 294.893-SSP/RO e CPF nº. 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR**, **RESOLVE**, nos termos da Lei 8.666/1993 e do Decreto 7.892/2013, em face das propostas apresentadas no Pregão Eletrônico supramencionado, **REGISTRAR O PREÇO DOS PRODUTOS ABAIXO DISCRIMINADOS**, conforme descrito no Anexo I do Edital de Pregão respectivo, da licitante **MGS BRASIL DISTRIBUIDORA EIRELI**, inscrita no CNPJ sob o nº. **25.329.901/0001-52**, com sede na Rua do Comércio, n. 1055. Sala 01. Centro. Taquaruçu do Sul/RS. CEP 98.410-000. Telefone(s): (55) 3739-1017, E-mail(s): licitacao@mgsbrasil.com.br, neste ato representada por **GILGIA PERINI GAMBIN**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1074386275 – SSP/RS e CPF nº. 002.253.920-46, doravante denominada simplesmente **ADJUDICATÁRIA**.

1. - Ficam registrados para os itens abaixo especificados os seguintes preços:

Item da ARP	DESCRIÇÃO	Unid.	Valor Unit.	Quant	Vlr Total R\$
01	Item 07 do Edital. DISPENSER HIGIENIZADOR. Dispenser higienizador para álcool em gel, plástico ABS, capacidade de 800/900ml, fixação em parede, cor branca, aplicação mãos, visor frontal e bico dosador a base de pressão, contendo buchas e parafusos para instalação. (Cód.404651). Marca: BELLPLUS.	Unid	27,86	300	8.358,00
Valor total da ARP, R\$					8.358,00



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

1.2. No Anexo I do instrumento convocatório são apresentados os quantitativos estimados de aquisição, os quais serão adquiridos de acordo com a necessidade e conveniência do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, mediante a expedição de Nota de Empenho de Despesa.

1.3. As quantidades dos materiais que vierem a serem adquiridas serão definidas nas respectivas Notas de Empenho.

1.4. O prazo de entrega dos materiais é de, no máximo, 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data do recebimento da Nota de Empenho.

1.5. Os materiais deverão serem entregues em dias úteis, de segunda a sexta-feira, das 8h às 12h e das 14h às 18h, no Depósito da Seção de Almoxarifado – SEALM, sito à Av. Presidente Dutra, n. 1889, bairro Baixa da União – Porto Velho/RO - CEP: 76.805-859, sendo que o fornecedor poderá se informar com mais detalhes para efetuar a entrega pelos telefones da SEALM: (69) 3211-2268 / 2092 / 2051/ 2000.

1.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, sendo facultada a realização de licitação específica - ou por outros meios previstos na legislação de licitações -, para a aquisição pretendida, assegurado ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.7. A presente Ata de Registro de Preços tem prazo de vigência de 12 (doze) meses, a contar de sua publicação no órgão oficial da Administração, não podendo ser prorrogada.

1.8. No TRE-RO, A Gestão e Fiscalização do contrato será realizada pelo titular da Seção de Almoxarifado, ou por quem suas vezes fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

1.9. Não houve Adesão ao Cadastro Reserva desta Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim acordados, lavrou-se o presente instrumento, que após lido e achado conforme foi assinado pelas partes por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho-RO, 14 de outubro de 2020.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES
Pelo TRE-RO Órgão Gerenciador

GILGIA PERINI GAMBIN
Pela Adjudicatária Fornecedor



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

Fábia Maria dos Santos Silva
CPF: 567.849.102-49
Testemunha

Roberto Cavalcanti
CPF: 255.812.874-49
Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 16/10/2020, às 16:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GILGIA PERINI GAMBIN, Usuário Externo**, em 19/10/2020, às 16:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS ROBERTO CAVALCANTI DA SILVA, Técnico Judiciário**, em 20/10/2020, às 09:45, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 21/10/2020, às 10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000838-80.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ALMOXARIFADO

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 28/2020 – Sistema de Registro de Preço/ SRP – Eventual aquisição de material de consumo – Higiene, Limpeza e produtos químicos.

PARECER JURÍDICO Nº 211 / 2020 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Almoxarifado - SEALM, com o objetivo de eventual **aquisição de materiais de higiene e limpeza**, por via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades ordinárias da Seção de Almoxarifado deste TRE/RO, no **exercício de 2020** ([0512617](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

02. Após regular tramitação, juntou-se aos autos a minuta do Edital do Pregão Eletrônico e seus Anexos ([0567165](#)), a qual logrou aprovação por esta unidade, por meio do Parecer Jurídico nº 166/2020 - PRES/DG/AJDG ([0572505](#)), convertendo-se no Edital de Pregão Eletrônico nº 31/2020 ([0572857](#)).

03. Os documentos comprobatórios da divulgação do instrumento convocatório foram juntados no evento [0573891](#).

04. Não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao Edital.

05. Na sequência, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do certame:

a) Relatório de propostas ([0581395](#));

b) Propostas das licitantes ([0581408](#), [0581412](#), [0581416](#), [0581418](#), [0581420](#), [0581422](#), [0581425](#), [0581426](#), [0581427](#), [0581430](#), [0581432](#), [0583190](#), [0583273](#), [0583279](#), [0584218](#), [0585375](#), [0585377](#), [0585991](#), [0586000](#), [0587957](#), [0588692](#) e [0588973](#));

c) Documentos complementares ([0583365](#), [0583870](#), [0584222](#), [0584447](#), [0584458](#), [0585112](#), [0585113](#), [0585173](#), [0585175](#), [0585178](#), [0585183](#), [0585310](#), [0585376](#), [0585431](#), [0585728](#), [0585892](#), [0586320](#), [0586334](#), [0586871](#), [0587445](#), [0588806](#), [0588836](#), [0588841](#), [0588861](#), [0590536](#), [0590673](#), [0590676](#), [0590685](#), [0590705](#), [0593797](#) e [0593811](#));

d) manifestações das unidades técnicas - SEALM - quanto aos documentos mencionados ([0583844](#), [0584051](#), [0584827](#), [0585114](#), [0585432](#), [0585434](#), [0585780](#), [0586278](#), [0587409](#), [0587774](#), [0588286](#), [0588719](#), [0588820](#), [0588842](#), [0588885](#), [0590706](#), [0591482](#) e [0593814](#)); e

e) documentos de habilitação das empresas que tiveram suas propostas aceitas ([0595897](#), [0595898](#), [0595899](#), [0595900](#), [0595901](#), [0595902](#) e [0595903](#)).

06. Na continuidade o Pregoeiro trouxe aos autos a Ata do certame ([0596244](#)), o Resultado por Fornecedor ([0596246](#)), o Termo de Adjudicação ([0596249](#)) e o Resultado de Licitação publicado ([0597995](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

07. Por fim, em seu Relatório nº 60/2020 – PRES/DG/SAODC/COMAP/SLC ([0596697](#)), o pregoeiro relata as principais ocorrências da competição.

08. Assim, vieram os autos para análise desta Assessoria Jurídica ([0596795](#)). **É o breve e necessário relato.**

II – DA ANÁLISE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2020

09. Desencadeada a fase externa da competição, nota-se a observância do art. 4º, inc. V, da Lei nº 10.520/2002 c/c art. 25 do Decreto Federal nº 10.024/19, dando-se a devida divulgação do aviso de licitação, com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis da publicação para o recebimento das propostas, em atendimento ao disposto no citado Decreto ([0573891](#)).

10. Na publicação do aviso ([0573891](#)), consta a definição do objeto e a indicação do local, dias e horários em que poderá ser obtida a íntegra do Edital e o endereço eletrônico onde ocorrerá a sessão pública, com a data e hora de sua realização, em observância ao art. 4º, inc. II, da Lei nº 10.520/2002.

11. Destarte, passa-se à análise do procedimento propriamente dito, tomando-se os elementos constantes dos autos e as ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

a) Pedido de esclarecimentos e impugnação ao Edital: Não houve;

b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital: Não houve;

c) Lances: Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0581395](#)) e na ata do certame ([0596244](#)). Não houve recusa de lances;

d) Fase de negociação/aceitação: Todas as ocorrências foram registradas subitem 5.3 do Relatório nº 60/2020 – PRES/DG/SAOFC/COMAP/SLC ([0596697](#)). Desse modo, as justificativas demonstram



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que o pregoeiro, acertadamente, aplicou de forma objetiva os critérios de aceitação de propostas estabelecidas no instrumento convocatório;

e) Cancelados na aceitação: Sim. Os itens 6, 8, 9, 14, 17, 19, 25, 26, 31, 35 e 36 restaram fracassados;

f) Item deserto: Não houve;

g) Fase de Habilitação: As empresas CHARLEI BONI (itens 12, 13, 33 e 34 - [0595897](#)), COMERCIO VAREJISTA DE ARMARINHO MARTINS EIRELI (itens 27 e 30 - [0595898](#)), HIGIBEST COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI (itens 22 e 32 - [0595899](#)), M C INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA (itens 03, 04, 05, 10, 11, 15, 18, 24 e 29 - [0595900](#)), MGS BRASIL DISTRIBUIDORA EIRELI (item 07 - [0595901](#)), NK COMERCIO DE PAPEIS LTDA (item 21 - [0595902](#)) e SYLVIA P DA COSTA RAMOS (itens 01, 02, 16, 20, 23 e 28 - [0595903](#)) atenderam os requisitos habilitatórios, consoante documentação acostadas ao feito, e foram habilitadas.

h) Recursos: Não houve intenção de recurso.

12. Observa-se que os prazos recursais se encontram vencidos pela preclusão temporal, em face do disposto no inciso XX do art. 4º da Lei nº 10.520/02, já que houve oportunidade e exercício de manifestação recursal contra os atos do Pregoeiro, **hipótese em que a lei autoriza a adjudicação do objeto licitado às vencedoras.**

13. É importante registrar que, mesmo restando fracassados alguns itens na licitação, o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade, tendo como norte a obtenção de preço mais vantajoso, bem como **transcorreu de forma regular**, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública ([0596244](#)).

14. Destarte, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da legislação correlata ao pregão e da Lei nº 8.666/93, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

15. Pois bem, os **itens 6, 8, 9, 14, 17, 19, 25, 26, 31, 35 e 36 restaram fracassados**, pois os licitantes apresentaram valor da proposta



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

acima do estimado e não aceitaram reduzi-la ou não apresentaram os anexos de proposta completos. Desta forma, para resolução do fracasso da licitação tem-se as seguintes opções: repetição do certame licitatório ou contratação direta por dispensa de licitação.

16. Caso não haja prejuízo, em razão da demora, de outro procedimento licitatório, a Administração poderá pleitear a repetição do certame. Nesse caso específico a SEALM deverá se manifestar acerca da repetição do certame. Considerando as justificativas apresentadas por esta unidade técnica solicitante da aquisição, **poderá** afigurar-se inviável a repetição do certame sem o risco de prejuízos. Dessa forma, será analisada a possibilidade de contratação direta prevista no **inciso V do artigo 24 da Lei nº 8.666/93**.

17. De outra parte, se a Administração concluir que a repetição do certame não é vantajosa e que pode ocasionar nova frustração, postergando ainda mais o início da prestação dos serviços, além de importar em antieconomicidade, **poderá opinar pela contratação direta de seu objeto com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, que trata de licitações desertas.

18. Sobre o tema, é importante observar o que preceitua o **referido dispositivo legal**, que estabelece ser **dispensável a licitação** quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração Pública, **mantidas**, nesse caso, todas as **condições preestabelecidas**.

19. O entendimento de que os casos de ausência de licitantes interessados a que alude o art. 24, V, da Lei nº 8.666/93 abarca tanto as situações de licitações com itens desertos quanto às licitações com itens **fracassados** ancora-se no escólio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, o qual afirma que “**não se pode acolher como interessado àquele que comparece sem ter condições jurídicas para contratar**” ou, ainda, aquele que “formula proposta que **não atende aos requisitos do ato convocatório**, ou **vem a ter desclassificada sua proposta**, na forma do art. 48 da Lei nº 8.666/93” (sem grifo no original).

20. A respeito da admissibilidade de aplicação da dispensa citada, veja-se abaixo o posicionamento da Corte de Contas Nacional com relação a este tema:

Observa a Unidade Técnica que, de fato, o autor citado entende como desinteresse pela licitação os casos de não acudirem licitantes, ou todos serem desqualificados ou nenhuma proposta classificada como se lê na sua obra *Direito Administrativo Brasileiro*, Malheiros, 26ª ed., p.264. No entanto, observa que a doutrina diferencia licitação deserta de fracassada, no dizer de Zanella Di Pietro, em *Direito*



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administrativo, Atlas, 14ª ed., p. 313 e em face da divergência doutrinária procurar arrimo na jurisprudência prevalecente desta Corte de Contas onde se busca o fundamento jurídico último, a ratio juris do inciso V do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, que é obstar a ocorrência de algum prejuízo à Administração por conta da injustificada repetição de um procedimento licitatório, autorizando-se a contratação direta quando a licitação anteriormente realizada, por razões alheias à ação do Poder Público, não logra êxito. Mesmo assim, defende que essa alegada possibilidade de ocorrência de prejuízo à Administração por conta da repetição do certame, assim como a presumível eliminação daquele prejuízo com a imediata contratação direta, ou mesmo por que não se iniciou o procedimento licitatório anteriormente, deverá estar convincentemente demonstrada por parte do órgão desejoso de contratar, visto ser isso o que inequivocamente deflui do preceito legal em comento ao aludir à licitação que, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração. **Acórdão 551/2002 Segunda Câmara (Relatório do Ministro Relator).**

21. Nesse contexto, essa dispensa estaria, ainda, respaldada nos princípios do interesse público, da economicidade e da eficiência, pois se a Administração efetivar todas as tentativas para obter sucesso em sua licitação e, mesmo assim, esta não seja concretizada, o serviço público não pode ser prejudicado, sendo possível a aplicação da dispensa.

22. Ainda, conforme o magistério do doutrinador citado, a aplicação de dispensa de licitação capitulada no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, requer o atendimento de 05 (cinco) requisitos serem observados pela administração, se persistir interesse na aquisição/contratação:

- a) ocorrência de licitação anterior;
- b) ausência de interessados;
- c) risco de prejuízo caracterizado ou demasiadamente aumentado pela demora decorrente de processo licitatório;
- d) evitabilidade do prejuízo mediante contratação direta e;
- e) manutenção das condições ofertadas no ato convocatório anterior.

23. Reforça-se que todos os requisitos deverão ser devidamente preenchidos e estar criteriosamente informados nos autos, de modo que se possa fundamentar a contratação direta.

24. Nesse sentido, escorado no entendimento ampliativo da Corte de Contas, **se assim entender a Administração**, há possibilidade jurídica de enquadrar a contratação pretendida sob o pálio do **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ressaltando que a Administração deverá validar a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame.** De toda forma, optando pela contratação direta, deverão ser observadas todas as condições estabelecidas no certame preambular, notadamente o preço



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

estimado para a contratação. **A este respeito, Decisão TCU nº 103/1998 – Plenário e Acórdão TCU nº 2219/2010-Plenário.**

III - DA CONCLUSÃO

25. Ante o exposto, e por tudo o que dos autos consta, esta Assessoria Jurídica opina pela **homologação do certame**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação (**0596249**), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, nos moldes já especificados.

26. Reafirmar-se a possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no **art. 24, V, da Lei nº 8.666/93**, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos.

27. Por derradeiro, a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Ademais, recomenda-se que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL, Analista Judiciário**, em 09/10/2020, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA, Assessor Jurídico da Diretoria Geral**, em 09/10/2020, às 17:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

PROCESSO: 0000838-80.2020.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ALMOXARIFADO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Aquisição de material de consumo – higiene, limpeza e produtos químicos, via Sistema de Registro de Preços. Homologação do Pregão Eletrônico n. 31/2020.

DESPACHO Nº 1664 / 2020 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado por solicitação da Seção de Almoxarifado - SEALM, com o objetivo de eventual **aquisição de materiais de higiene e limpeza**, por via Sistema de Registro de Preços, a fim de atender as necessidades ordinárias da Seção de Almoxarifado deste TRE/RO, no **exercício de 2020** ([0512617](#)).

Depois de realizado o Pregão Eletrônico nº. **31/2020** ([0572857](#)), vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas à sua homologação.

O Pregoeiro juntou aos autos a Ata do certame ([0596244](#)); o Resultado por Fornecedor ([0596246](#)); Termo de Adjudicação ([0596249](#)); Relatório nº 60/2020 ([0596697](#)) e publicação do resultado da Licitação no Diário Oficial da União – DOU e no Diário de Justiça Eletrônico - DJE ([0597995](#)).

Não houve pedido de esclarecimentos, impugnação ou intenção de recurso.

Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou vencedoras do certame as seguintes licitantes: 28.719.518/0001-07 – CHARLEI BONI, itens 12, 13, 33 e 34, valor R\$ R\$ 17.581,50; 13.807.868/0001-40 – COMERCIO VAREJISTA DE ARMARINHO MARTINS EIRELI, itens 27 e 30, valor R\$ 24.600,00; 26.581.761/0001-78 – HIGIBEST COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI, itens 22 e 32, valor R\$ 20.358,00; 19.288.989/0001-09 – M C INDUSTRIA E COMERCIO DE PAPEIS LTDA, itens 03, 04, 05, 10, 11, 15, 18, 24 e 29, valor R\$ 58.551,40; 25.329.901/0001-52 – MGS BRASIL DISTRIBUIDORA EIRELI, item 07, valor R\$ 8.358,00; 00.201.018/0001-51 – NK COMERCIO DE PAPEIS LTDA, item 21, valor R\$ 18.400,00; e 23.318.893/0001-13 – SYLVIA P DA COSTA RAMOS, itens 01, 02, 16, 20, 23 e 28, valor R\$ 23.169,00. Os itens 6, 8, 9, 14, 17, 19, 25, 26, 31, 35 e 36 restaram fracassados. Não havendo registro de intenção de recurso, o



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Pregoeiro adjudicou o objeto às vencedoras. Valor total do certame R\$ 171.017,90 (cento e setenta e um mil dezessete reais e noventa centavos).

Mediante o Parecer Jurídico nº 211/2020 ([0603767](#)), a Assessoria Jurídica opinou, em síntese, pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0596249](#)), com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02 e pela possibilidade de a Administração, caso entenda necessário, optar pela contratação direta dos itens fracassados com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, ou realizar o cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos. Por fim, ressalta que a Administração deverá **justificar** a necessidade da contratação imediata ou se a repetição do certame poderá acarretar eventual prejuízo ao andamento dos serviços. Além disso, recomenda que o Administrador investigue as causas pelas quais a disputa não logrou êxito com objetivo de apurar, por exemplo, falhas na elaboração do edital ou nas especificações do objeto.

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002 e do Decreto n. 10.024/2019, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

O procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0596244](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, esta Diretora-Geral **HOMOLOGA O PREGÃO ELETRÔNICO TRE-RO n. 31/2020**, consoante Termo de Adjudicação ([0596249](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à SLC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

A SEALM para se manifestar sobre a contratação direta dos itens 6, 8, 9, 14, 17, 19, 25, 26, 31, 35 e 36, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, **demonstrando a existência de eventual prejuízo na espera de novo certame**, cadastramento dos itens específicos no Sistema COMPRASNET para recebimento de aviso de IRP de outros órgãos ou pela realização de novo certame para aquisição futura, atentando para a recomendação contida nos itens 26 e 27 do Parecer Jurídico nº 211/2020.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 13/10/2020, às 18:29, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.